TESE AO XII CONGRESSO DO SINTSEP-GO

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Sempre que se discutia a conjuntura internacional, qualquer análise apontava que o capital vinha atravessando um período de turbulência, o que confluía para o surgimento de crises pontuais. Porém, a maioria das atuais discussões sobre o assunto dão como certa uma crise que não é mais cíclica; na realidade está claro que a crise é estrutural, haja visto que o modelo de produção foi substituído pela financeirização, ou seja a especulação financeira. Tal modelo originou, por exemplo, a crise de 2008 nos EUA, a crise do subprime, a famosa segunda-feira negra, onde diversos bancos fecharam, bolsas e seus correntistas tiveram enormes prejuízos, justamente porque diversos papéis vendidos pelos bancos não tinham lastro, resultando na chamada "bolha imobiliária".

Bom, para que possamos desenvolver nossa tese é necessário nos reportarmos a 1989, quando houve o encontro entre grandes representantes do capital, do qual as propostas originadas passaram a ser conhecidas como o "Consenso de Washington", no qual o capital tirou as diretrizes para o seu principal objetivo que é configuração do Estado Mínimo, em substituição ao estado do Bem Estar Social, ou seja, desobrigar o estado de cumprir suas obrigações sociais para com a população, para é lógico, repassar essas atividades para o setor privado, que cobra por elas. No Brasil, durante a crise do subprime, fazia-se justamente o contrário, o desemprego caíra para menos de 5%, haviam sido criados diversos programas que propiciavam o acesso a moradia, educação, luz rural, o salário-mínimo chegou a atingir o valor de 400 dólares, houve uma forte participação do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) na economia mundial (33%) e o pagamento da dívida externa brasileira. Esses indicadores, entre outros, demonstravam uma fase de forte crescimento econômico, na qual o Estado vinha propiciando também uma melhor qualidade de vida para a população carente. Em outros países isso também acontecia, porque as esquerdas estavam assumindo os seus governos. Porém, isso para o capital era e é inadmissível. Iniciou-se, portanto, um movimento mundial utilizando a mídia, principalmente a internet, para a divulgação de falsas notícias, as famosas Fake News, iniciando uma onda de terror e apologia ao falso nacionalismo e moralismo, homofobia,

misoginia e um combate sistemático às esquerdas demonizando toda e qualquer entidade que fosse desse campo. Isso, na época, levou países como Chile, Argentina, Colômbia, Peru, Paraguai e Bolívia, na América do Sul a optarem por seguir o caminho da extrema direita. Da mesma forma, houve na Europa o crescimento das tendências políticas nacionalistas, que têm ocupado espaços políticos importantes na Espanha, Alemanha, Polônia, Finlândia, Áustria, Dinamarca e Suécia. Nos Estados Unidos, a chamada "democracia" norte-americana havia elegido Donald Trump e, posteriormente, os brasileiros elegeriam nada mais nada menos que Jair Bolsonaro.

No entanto, a vitória oficial de Joe Biden nos Estados Unidos, confirmada em 7 de janeiro de 2021 pelo Congresso americano, representou uma mensagem de repúdio da maioria da população norte-americana às políticas segregacionistas, ultranacionalistas e antissociais de seu antecessor. Este novo cenário abalou a relação dos EUA com as economias ultradireitistas, visto que, embora tanto o partido Republicano quanto o Democrata sejam liberais em sua essência, a agenda de Biden, pelo menos até o momento, tem se baseado em medidas progressistas, democráticas e até mesmo de bem-estar social.

Aguardam-se provas mais efetivas da política progressista de Biden no caso do embargo à Cuba, situação na qual o ex-presidente Donald Trump impôs 243 medidas restritivas à ilha, apertando o cerco financeiro e comercial ao país – fato que ainda não foi contraposto pelo atual presidente. Da mesma forma, aguarda-se uma posição efetiva e progressista, frente ao recrudescimento do racismo na África do Sul; 27 anos após o fim do "apartheid", o país ainda luta para consolidar a democracia, frente aos graves episódios de violência atuais, num contexto de crise econômica e social e de pandemia.

A reverberação deste cenário, na América do Sul, já se fez sentir no Peru, com a vitória do candidato esquerdista Pedro Castillo (Peru Livre). E, no Brasil, conforme as pesquisas eleitorais antecipam, é forte a tendência de uma candidatura vitoriosa do ex-presidente Lula (PT), caso o processo eleitoral ocorra sem mácula e sem nenhuma tentativa de golpe contra as instituições – algo que é constantemente fruto de ameaça por parte de Jair Bolsonaro.

CONJUNTURA NACIONAL

No Brasil, esse ataque saiu dos bastidores e veio à tona com o impeachment de Dilma (diga-se de passagem, de forma imoral), a assunção de seu vice Temer – principal conspirador do golpe, conforme revelado pelo ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, em seu livro: "Tchau Querida, O Diário do Impeachment". A partir daí, teve início um ataque sistemático aos direitos dos trabalhadores brasileiros, incluídos os servidores públicos federais, transformados da noite para o dia nos vilões de todas as mazelas brasileiras; as *fake News,* de forma exacerbada, utilizando alguns segmentos religiosos para disseminar o falso moralismo e o nacionalismo, a homofobia e a misoginia; o que culminou com a eleição de Jair Bolsonaro, mero fantoche das normativas do capital internacional, iniciadas no governo Temer, e que deu continuidade à política de desmonte e entreguismo, marcada – entre outros pontos – pela famigerada EC 95, conhecida como a PEC da Morte, que congela investimentos nas áreas sociais e também os salários dos servidores, por quase vinte anos. Da mesma forma, deu-se seguimento às Reformas Trabalhista e Previdenciária, essa última já no "desgoverno Bolsonaro", que exacerbou esse ataque em relação às Reformas Tributária e Sindical, sem contar outros penduricalhos contra os servidores, que são/serão estendidos aos servidores estaduais e municipais.

Atualmente, servidores públicos de todas as esferas lutam contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, a chamada Reforma Administrativa, que na verdade representa o desmonte do serviço público brasileiro. Na essência, a PEC 32 vai reduzir a capacidade do Estado em políticas públicas básicas como saúde, saneamento e educação, indo tudo para o setor privado – que certamente não vai prestar um serviço gratuito. Isso representa um corte profundo no orçamento destinado a esses três setores, ocasionando o fechamento de instituições públicas de educação e de saúde. Entre os retrocessos ocasionados pela PEC 32, podemos citar: fim dos concursos para o setor público, com menos servidores e mais precarizados; fim da estabilidade de servidores, o que faz com que os trabalhadores possam ser perseguidos e demitidos, abrindo espaço para contratação de cargos que atendem ao interesse de um governante e não da sociedade; transferência das atividades públicas para a iniciativa privada; dá poderes ao presidente da República para reorganizar o funcionamento do Estado, sem discussão com a sociedade ou com o Congresso, interferindo na organização dos serviços públicos; não promove combate aos altos salários no serviço público, prejudicando a grande maioria (75%), que recebe, em média, R$ 3.381,00.

O sr. Bolsonaro também é responsável, quase que de forma direta, pela morte de quase 600.000 brasileiros, pela forma displicente, irresponsável e até morosa como vem tratando a questão da Covid no país. Além disso, o país, em razão do seu desgoverno, tem, no primeiro trimestre de 2021, quase 15 milhões de desempregados (14,805 milhões), isso se entendermos como "empregados" os mais de 40 milhões de "empreendedores", ou trabalhadores informais, já que eles não têm direito a férias remuneradas, descanso semanal, horas noturnas e extras e, se não pagarem do seu bolso a previdência, não vão nem mesmo se aposentar. Há ainda a falta de perspectiva de emprego para os jovens, bem como uma crescente "pejotização" do trabalho, por meio do qual o empregador se livra de arcar com as obrigações sociais referentes à contratação do trabalhador. Se somarmos tudo isso aos efeitos da pandemia e ao fato de que, segundo o Bozo, o "país está quebrado", o dólar a quase seis reais, gasolina seis, gás de cozinha acima de R$ 100, carne, arroz, feijão, óleo de soja e outros produtos da cesta básica a preços abusivos, fuga de capitais, fechamento de fábricas de automóveis e outras. Por conta disso, o cenário para este 2021, bem como 2022, se configura como altamente danoso para o proletariado. Em contrapartida, já está comprovado que os mais ricos tiveram um aumento de 30% no seu patrimônio, aumentando brutalmente a desigualdade e a concentração de renda no país.

Diante deste cenário, só resta uma alternativa: iniciarmos uma campanha nacional em defesa do fornecimento imediato da vacina contra a Covid para todos; fortalecimento do SUS; contra as reformas administrativa e sindical; fim da EC 95 e revogação das reformas trabalhista e previdenciária.

Existe um ponto fundamental na conjuntura, e que devemos agregar aos nossos planos de lutas: a luta pelo auxílio emergencial e por renda mínima básica para o conjunto da sociedade.

Não podemos esquecer que o debate das eleições presidenciais será ponto constante da conjuntura Nacional e, por conta disso, é fundamental tirarmos um posicionamento.

Além do mais, é **imprescindível** a defesa irrestrita dos nossos órgãos federais, que estão sendo esvaziados pelo governo Bolsonaro de todas as maneiras. Privatizações de nossas empresas, o esvaziamento do Incra, da Funai, do INSS, do Ibama e do ICMbio, da Cultura (Iphan), do próprio Ministério da Agricultura

tem gerado impactos diretos nas condições de vida da população brasileira. Crimes ambientais sem punição, grilagem de terras, ataques a indígenas e quilombolas, fim das políticas de reforma agrária e pouca valoração do pequeno agricultor, gestão da folha de aposentados para o Ministério da Economia, em vez do órgão de origem do servidor... tudo isso representa retrocessos imensos, que devem ser diuturnamente combatidos. Exemplos são o PL 490/2007, que após uma repaginação realizada por seu relator, foi totalmente descaracterizado, sem que houvesse a mínima discussão com a sociedade (foi aprovado na CCJ e aguarda ida para o Congresso). Caso seja definitivamente aprovado, haverá um rompimento com a proteção dos povos isolados, fragilizando os limites das terras indígenas e quilombolas, cobiçadas pelo garimpo e pelo agronegócio. Ainda sob a desculpa de facilitar a abertura de novas empresas, o governo editou a MP 1040/2021, que revoga a Lei n. 4950-A (em vigor desde 1966), que garantia piso salarial para cinco categorias: engenheiros, arquitetos, agrônomos, veterinários e químicos.

Neste sentido, concordamos com todo o Plano de Lutas e Reivindicações – e seu respectivo calendário – aprovado pela Condsef e Fonasefe, para os atos de 2021 e, certamente, de 2022 (final da tese).

BALANÇO DO MOVIMENTO SINDICAL

Após a deposição de Dilma, via golpe midiático e político orquestrado pela direita, e a desastrosa gestão de Temer, seu vice, onde tudo começa a se acirrar, com a aprovação da Reforma Trabalhista , sem que minimamente houvesse a participação dos trabalhadores, a aprovação de EC 95, que congela investimento e salários dos servidores por vinte anos, tivemos um movimento orquestrado pelo capital, com participação intensa dos EUA, que treinou e preparou, o Juiz Moro, Dalagnoll e outros comparsas, para impedirem a candidatura de Lula, às eleições de 2017, com um julgamento, onde praticamente a prisão de Lula e a cassação de seus direitos políticos era certa. Tanto que na sentença, Moro admite não ter provas materiais e concretas, mas assim mesmo o condena alegando que tinha “plena convicção” da sua culpabilidade.

Com o impedimento de Lula de concorrer às eleições, a direita apostava na eleição de João Dória, porém com um discurso de antipetismo, anticomunismo e contra a corrupção, quem ganha as eleições é Bolsonaro, mesmo com

evidentes sinais da sua homofobia, xenofobia, etc... Mas como ele também incluía na sua campanha, a privatização, a destruição do serviço público, as reformas da Previdência, Administrativa e Tributária, teve a princípio o apoio do capital, no entanto a sua arrogância, o fascismo imposto em seu" desgoverno", os vários atos de corrupção de seus filhos e de muitos membros do governo, tem causado desconforto, mesmo entre seus principais parceiros.

Ao perceber isso, Bolsonaro foi em busca daqueles que sempre criticou, como é o caso do centrão, se tornando campeão entre todos os presidentes, de liberação de verbas para que grupos políticos votem em suas propostas. O movimento sindical e trabalhista, tem sido duramente atacado com medidas tomadas pelo governo, como o fim do imposto sindical, a dificultação de desconto das consignações, o que tem reduzido drasticamente a arrecadação das mesmas, causando inclusive o fechamento de algumas entidades, e o enfraquecimento econômico de diversas centrais.

Além disso tudo, a Pandemia do Covid 19, impediu e ainda impede os movimentos de massas, das passeatas e outros encontros onde os trabalhadores possam demonstrar o seu descontentamento. Na área dos serviços públicos o ataque é quase desumano, com ataques frontais aos direitos dos trabalhadores da área, principalmente, porque os cortes na educação, saúde, meio ambiente, e o esfacelamento de órgãos com o INCRA, IBAMA, ICMBIO, FUNAI, MAPA, Ministério do Trabalho (embora para satisfazer um dos seus aliados, Onix Lorenzoni, esteja reformulando o mesmo), três a quatro anos sem reajuste, omissão frente a morte demais de meio milhão de pessoas, atraso na compra de vacinas, corte no valor do auxílio emergencial, desemprego em patamares jamais vistos, inflação, etc.

Ressalte-se, no entanto, que as centrais, os sindicatos, os fóruns nacionais criados para combater o governo, têm se fortalecido e realizado atos consistentes, abrindo campo ao diálogo (haja visto que o governo federal, não recebe nossas entidades) pois, após três ou quatro anos sem reajuste, o governo, embora não tenha destinado recursos no orçamento, tem falado em reajuste para os servidores, o que nos leva a crer que com a vacinação avançando, possamos fortalecer ainda mais os nossos atos e movimentos contra esse governo.

Só a Unidade nos possibilitará a Vitória!

ANÁLISE DO SINTSEP-GO

Um Sindicato que é dirigido pela Base tem ações a mostrar. O Sintsep-GO é um sindicato conduzido por sua base.

Sob a direção do atual grupo que está à frente da entidade, o Sintsep-GO tem se destacado pela coerência em suas ações e por sua atuação, tendo como compromisso maior a defesa dos direitos de seus filiados, em todas as instâncias.

O Sintsep-GO tem mantido um trabalho de complementariedade e parceria com a Condsef, com a CUT-GO, com os movimentos sindicais e sociais, sendo reconhecido como uma ENTIDADE DE LUTA EM DEFESA DA CLASSE TRABALHADORA, tanto em Goiás quanto em nível nacional. Tanto que o Sintsep-GO conquistou em Brasília lugar à mesa de negociações junto com as demais entidades de nível nacional, nas questões pertinentes ao funcionalismo público federal. Graças à sintonia entre a Direção e a Base, somos referência para entidades de todo o país na luta em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras.

Vamos conferir juntos momentos importantes que marcaram nossa atuação à frente do Sintsep-GO:

1 – Criação e oficialização da GACEN (Gratificação de Atividades de Campo) em setembro de 2008 quando, ao contrário da indenização de campo, servidores ativos, aposentados e pensionistas passaram a receber a Gacen também nas férias e na licença-prêmio;

2 – Aumento da pontuação da GDPST (Gratificação de Desempenho) dos aposentados e pensionistas de 30 para 40 pontos em 2008 e para 50 pontos em 2009. A partir de 1º janeiro de 2019 a integralidade para trabalhadores que aposentaram a partir de setembro de 2013;

3 – Trabalhadores aposentados e pensionistas de nível auxiliar do Ministério da Fazenda foram beneficiados com a incorporação da GAE (Gratificação de Atividade Executiva) em seus Vencimentos Básicos (VB) a partir de julho de 2012;

4 – Retorno de anistiados da Conab aos seus empregos nos anos de 2008 e 2009;

5 – Governo manda retirar a GDARA dos servidores do INCRA, de seus contracheques, conforme a portaria do órgão de número 37 de 29/06/2011.

Neste sentido, o Sintsep-GO resgatou a GDARA. Alguns já estão recebendo e muitos outros casos estão em andamento;

6 – Sintsep-GO lutou efetivamente na manutenção do salário real de aposentados por invalidez, com sucesso (MI 880);

7 – Sintsep-GO resgatou a correção dos salários de aposentados que estavam recebendo de 7,44 a 68,47% a menos em seus contracheques – e nem sequer sabiam, em alguns casos;

8 – Em fevereiro de 2009, o Sintsep-GO, a Condsef e demais entidades conquistaram a incorporação da GAE ao vencimento básico, incidindo nos anuênios, representando ganhos que chegaram a 160% em alguns casos, nos anuênios;

9 – Em 2010 o Sintsep-GO comprou um imóvel residencial urbano (Casa de Apoio José Genuíno da Costa e Centro de Formação Márcia Jorge) para cursos de formação e hospedagem rotativa para companheiros e companheiras residentes no interior do Estado, conforme suas necessidades, multiplicando o patrimônio da entidade;

10 – A atual diretoria do Sintsep-GO realizou reforma estrutural na Casa de Apoio em 2011, na sede administrativa do Sintsep-GO em 2015 e, ainda na Casa de Apoio, uma expressiva reforma estrutural em 2016;

11 – Realizando antigo sonho dos filiados, a atual direção da entidade inaugurou e aparelhou as delegacias sindicais de: Ceres, Formosa, Campos Belos, Morrinhos, Rio Verde e Jataí, entre 2008 e 2015. Outras delegacias estão sendo articuladas;

12 – A atual direção do Sintsep-Go pagou dívidas herdadas de gestões anteriores a 2007. A principal delas, uma grande dívida com o INSS, foi quitada em um parcelamento de oito anos – no período de julho de 2007 a agosto de 2015 - no valor de R$ 200 mil (duzentos mil reais).

13 – Entre novembro de 2012 e outubro de 2020, a diretoria do Sintsep-GO, por meio de sua assessoria jurídica, pagou a seus filiados mais de R$ 60,6 milhões (R$ 60.626.246,86) em ações judiciais, principalmente para aposentados e pensionistas;

14 – O Sintsep-GO, junto com a Condsef, CUT-GO, povos indígenas e entidades estaduais conseguiram revogar a extinção da FUNAI. Outras várias ações em defesa dos trabalhadores do órgão e da população indígena permanecem em andamento;

15 – Na campanha Salarial de 2015, o Sintsep-GO, junto com a Condsef, entidades nacionais e Estaduais, alcançou vitórias históricas para os servidores: retorno da paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas, com a incorporação da GDPST e da GACEN (100% a partir de 1º de janeiro 2019); reajuste aplicado direto ao VB; reajuste salarial de 10,8%, dividido em duas parcelas; garantia de continuidade das negociações das demandas específicas, entre outras;

16 – A Diretoria do Sintsep-GO, na ocasião da Plenária Sindical de Base de 29/06/2018, em atendimento a reivindicações de vários filiados e filiadas, foi discutido, colocado em votação e aprovado por maioria absoluta dos 104 delegados presentes, foi deliberado a aquisição de imóvel(s) de lazer localizado na cidade de Caldas Novas (GO). Em 26/09/2018 foi concretizada a compra de 6 (seis) apartamentos tipo A e escriturado em 26/09/2018, em nome do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado de Goiás.

17 – O Sintsep-GO tem assento à Mesa Nacional de Negociações com o governo Federal e é referência nacional;

18 – Participação na fundação e coordenação do Fogef – Fórum Goiano em Defesa de Direitos Democracia e Soberania;

19 – Após anos de esforço, luta, equilíbrio administrativo, transparência e responsabilidade com os recursos de nossos filiados, o Sintsep-GO, hoje, não deve dinheiro, nem obrigações ou favores políticos a ninguém;

20 – O Sintsep-GO não faz acepção de pessoas;

21 – Um dos segredos do bem-estar na dimensão humana é a prática da gratidão com a consciência tranquila. Somos gratos a cada filiado e a cada filiada que acreditou e acredita nesta direção. Temos a consciência tranquila de que temos feitos tudo ao nosso alcance, com a mais absoluta transparência, ética e honestidade, para devolver a você, em forma de ações de luta, toda a confiança depositada na atual diretoria.

BALANÇO DE ATIVIDADES

Reuniões Semanais de Direção (Virtuais/2019):
-15 e 30/4 - Reunião Direção;
-8, 15, 22 e 29/5 - Reunião Direção;
-5, 12, 19, 26/6 - Reunião Direção;
-3, 10, 17, 24 e 31/7 - Reunião Direção;
-7, 14, 21 e 28/8 - Reunião Direção;
-4, 11, 18 e 25/11 - Reunião Direção;
-2 e 9/10 - Reunião Direção.

Lives (2019):
-29/4 - Trabalho no Serviço Público em meio à pandemia;
-6/8 - Intoxicados da ex-Sucam;
-26/9 - Live Jurídica Condsef;
-9/10 - Live Jurídica Sintsep-GO;
-15/12 - Live ACT Ebserh (Condsef);

Assembleias (2019):
-17/1 - Eleição para Dept. Nacional dos Aposentados e Pensionistas;
-21/2 - Assembleia Ebserh ACT;
-8/5 - Reunião Nacional Ebserh ACT;
-7/8 - Assembleia virtual Iphan (indicativo de greve sanitária);
-5/11 - Assembleia Ebserh ACT;
-Obs.: foram realizadas reuniões semanais, ao longo dos meses de outubro e novembro com a base da Ebserh em Goiás, coordenadas pelo vice-presidente, Gilberto Jorge.

Plenárias (2020:
-13/2 - Plenária Condsef (greve geral);
-14/2 - Plenária Sindical e planejamento 2020;
-2/9 - Plenária Sindical Virtual;
-5/9 - Plenária Nacional Condsef;
-7/11 - Plenária Nacional Ebserh;
-13/11 - Plenária Sindical Virtual;
-15/1/21 - Plenária Sindical Virtual;

Reuniões Fórum Goiano em Defesa dos Direitos, da Democracia e Soberania:

-Foram realizadas reuniões semanais do Fórum, ao longo do ano, com a participação do Sinstep-GO.
-Campanha de vídeo (spots) contra a Reforma Administrativa, em defesa da democracia, do serviço e do servidor público, coordenada pelo SintIFESGO e pelo Sintsep-GO;

Reuniões Condsef/Fenadsef/Fonasefe:
-11/2 - CDE Condsef;
-Março e Abril - Encontros Nacionais dos setores;
-15/4 - CDE virtual;
-20/4 - Reunião Executiva da Condsef;
-7/5 - CDE Virtual e Reunião direção Condsef;
-22/5 - CDE Virtual e Reunião direção Condsef;
-5/6 - CDE Virtual e Reunião direção Condsef;
-12/6 - CDE Virtual e Reunião direção Condsef;
-23/6 - Apresentação/Divulgação da Calculadora da Saúde;
-25/6 - SEMINÁRIO SOBRE O DECRETO Nº 10.328/2020 (desconsignações);
-3/7 - Passo a passo - Calculadora da Saúde;
-21/7 - Direção Nacional, Conselho Fiscal e CDE Condsef;
-21/8 - Encontro Nacional Meio Ambiente e Dnocs;
-27/8 - Encontro Nacional Economia;
-29/8 - Encontro Nacional DARA;
-11/8 - CDE virtual;
-1/9 - CDE Virtual e Reunião direção Condsef;
-19/9 - Encontro Nacional DOMC;
-25/9 - CDE Virtual e Reunião direção Condsef;
-26/9 - Encontro Nacional Segurança e Adv Pública;
-3/10 - Encontro Nacional CeT;
-14/10 - 6ª Reunião ACT Ebserh;
-26/10 - Reunião Conab;
-6/11 - Fórum de Cultura;
-9/11 - Coletivo de Mulheres Condsef;
-25/11 - 9ª Reunião ACT Ebserh;
-27/11 - CDE Virtual e Reunião direção Condsef;
-2/12 - CDE Virtual e Reunião direção Condsef;
-13 e 14/01/21 - CDE e Plenária da Condsef;
-5/1/21 - Reunião Fonasefe

Atos e atividades:

:: 2020
-24/1 - Dia do Aposentado (praça do Bandeirante);
-5/2 - Plenária Conselho Municipal de Saúde;
-11/2 - Ministério da Economia;
-12/2 - Congresso Nacional;
-18/3 - Paralisação Geral dos Federais;
-7/4 - Homenagem aos trabalhadores da Saúde e defesa dos serviços públicos;
-1º de Maio - Ato Dia Internacional do/a Trabalhador/a com distribuição de máscaras e cestas básicas da Agricultura familiar;
-27/5 - Ato Fora Bolsonaro;
-5/6 - Dia Mundial do Meio Ambiente;
-7/6 - Ato em Defesa dos Direitos e da Democracia;
-6/8 - Petição Online Sucanzeiros;
-7/8 - Julgamento Virtual Processo dos 84%;
-7/8 - Dia Nacional de Luta em Defesa da Vida e dos Empregos;
-3/9 - Jornada em Defesa dos Serviços Públicos;
-11/9 - Retorno do funcionamento do Thermas Place;
-30/9 - Dia Nacional de Lutas contra a Ref. Adm (carreata);
-13/10 - Retomada do atendimento presencial no Sintsep-GO (plantão jurídico aposentadoria especial);
-28/10 - Carreata dia do Servidor Público;
-11/11 - Campanha #Projetemos contra a Reforma Administrativa;
-26/11 - Julgamento tese repercussão geral dos 84%;
-10/12 - Dia Nacional de Lutas (carreata);

:: 2021
-22/01 – Ato Fora Bolsonaro;
-24/1 – Dia do Aposentado;
-01/02 – Carreata Vacinação Já;
-21/02 – Ato Fora Bolsonaro;
-01/03 – Dia de Lutas Ebserh;
-08/03 – Dia Int. da Mulher;
-13 e 14/05 – Greve Ebserh;
-26/05 – Ato contra a Reforma Administrativa;
-27/05 – Ato Ebserh;
-29/05 – Ato Fora Bolsonaro;
-05/06 – Dia Mundial do Meio Ambiente;
-19/06 – Ato Fora Bolsonaro;

-03/07 – Ato Fora Bolsonaro;

Programa Antena Ligada da Rádio Trabalhador:
-23/1
-30/1

*Atendimento contínuo e ininterrupto pelo WhatsApp do Sintsep-GO (62) 3213-2000 - plantão jurídico, sindical e administrativo.

EIXOS DE LUTA
-Fora Bolsonaro/Mourão;
-Contra a PEC 32;
-Auxílio Emergencial de R$ 600,00;
-Vacinação Já.

PLANO DE LUTAS
• Revogação da EC 95 e da Contrarreforma da Previdência (EC 103);
• Correção salarial e de benefícios com aplicação de índice a ser calculado pelo DIEESE;
• Extensão dos índices da Lei 13.464/2017 para todos os servidores públicos federais;
• Cumprimento de todos os acordos assinados em 2015;
• Aplicação do valor mínimo de 50% de contrapartida nos planos de saúde;
• Pela data-base em 1º de maio dos servidores regidos pela Lei 8.112/90;
• Empresas Públicas: por verdadeiras negociações coletivas, fim do arrocho e dos cortes;
• Derrotar a contrarreforma administrativa e as PECs 186, 187 e 188/2019 e Paulo Guedes ("plano mais Brasil");
• Transposição para o RJU (ADIN 2135) dos anistiados que retornaram para os Ministérios (ADM Pública Federal Direta) como CLT;
• Incorporação das gratificações de produtividade, inclusive a GSISTE;
• Realização de concursos públicos para preenchimento das vagas existentes;
• Preenchimento de cargos comissionados por servidores de carreira de acordo com o Decreto nº 5.497/2005;
• Retirada da MP 905/2019 (carteira "verde e amarela);
• Unificar as bandeiras de luta que são comuns ao setor público e privado;
• Lutar pela revogação da lei da terceirização;
• Lutar pela revogação da reforma trabalhista;

• Lutar pela revogação da reforma da previdência;
• Lutar contra todas as privatizações de órgãos públicos e estatais (Eletrobrás, Petrobrás, Casa da Moeda, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios, entre outros);
• Lutar contra a proposta de Lei do Saneamento, em tramitação no Congresso nacional;
• Pela auditoria da dívida pública
• Pela Reforma Tributária com sobretaxação das maiores fortunas.
• Extensão da Lei 13.324/2015 (incorporação) para todos os aposentados.
• Defesa do SUS, das estatais e garantia da participação popular nos fóruns de políticas públicas;
• Ratificação da Convenção 190 da OIT sobre violência e assédio no trabalho
• Lutar por uma campanha salarial unificada, data-base com reposição inflacionária;
• Contra o desmonte do serviço público e privatizações;
• Pela defesa da educação pública e do SUS;
• Pela defesa da estabilidade e dos direitos dos trabalhadores do serviço público;
• Pela manutenção da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;
• Pela defesa do direito de greve e da negociação coletiva;
• Pelo tratamento isonômico dos valores de benefícios;
• Pela melhoria das condições de trabalho;
• Pelo direito e liberdade de associação e organização sindical;
• Lutar pelo fim do ponto eletrônico na hora do almoço.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS FEDERAIS (2021)

CONDIÇÃO PRÉVIA: Imediata instalação da mesa de negociação coletiva reunindo os representantes do Ministério da Economia e os representantes das entidades signatárias.

1- REPOSIÇÃO DAS PERDAS SALARIAIS DO PERÍODO 2010-2021 E PRESERVAÇÃO DO PODER DE COMPRA: (*)

1-a) reposição de 46,2% equivalentes à defasagem salarial de julho de 2010 a dezembro de 2021, calculada pelo IPCA-IBGE, para as categorias que tiveram reajuste de 5% em 2013/2014/2015 e que em 2015 assinaram acordos de reposição em duas parcelas (5,5% em agosto de 2016 e 5% em janeiro de 2017);

1-b) reposição de 26,6% equivalentes à defasagem salarial de julho de 2010 a dezembro de 2021, calculada pelo IPCA-IBGE, para as categorias que tiveram reajuste de 5% em 2013/2014/2015 e que em 2015 assinaram acordos de reposição em quatro parcelas (5,5% em agosto de 2016, 6,98% em janeiro de 2017, 6,64% em janeiro de 2018 e 6,31% em janeiro de 2019);

(*) Os índices apresentados são de responsabilidade conjunta do Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos e do Sinal – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central e não levam em conta o aumento da contribuição previdenciária decorrente da Emenda Constitucional nº 103.

1-c) Política salarial permanente com correção das distorções e revisão geral anual que garanta reposição das perdas inflacionárias;

1-d) Aprovação do Projeto de Lei n° 711, de 2019, que trata da negociação coletiva no âmbito do serviço público.

1-e) Incorporação de todas as gratificações, respeitados os acordos elencados no item 6.

2 - ISONOMIA DE BENEFÍCIOS E PARIDADE ATIVO-APOSENTADO-PENSIONISTA

2-a) Paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas.

2-b) Reposição inflacionária pelo IPCA acumulado entre jul/10 e dez/21 dos valores devidos a título de auxílio-saúde, auxílio-creche e indenização de transporte.

2-c) Aplicação do valor de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) "per capita" da União para a manutenção de plano de saúde dos servidores;

2-d) Isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes;

3 - DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS

3-a) Contar, no mínimo, em dobro, para redução de tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, a periculosidade e insalubridade, sem necessidade de perícia técnica individual.

3-b) Extinção do fator previdenciário e da fórmula 90/100;

3-c) Revogação da EC 103/19 (contrarreforma da previdência);

3-d) Extinção da contribuição previdenciária para servidores públicos aposentados e pensionistas.

4- VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS DIREITOS TRABALHISTAS

4-a) Revogação da emenda constitucional resultante da aprovação da PEC 186/19

4-b) Criação de novas vagas para concurso público pelo RJU (Regime Jurídico Único) e reposição imediata de cargos vagos por exoneração, falecimento ou aposentadoria;

4-d) Fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços e servidores públicos;

4-e) Revogação da EC 95/2016;

4-f) Revogação das Leis Complementares 156/2016 e 159/2017;

4-g) Revogação da reforma trabalhista - Lei N° 13.467/2017 e da lei de terceirização - Lei N° 13.429/2017; Revogação da MP 905/2019 – contrato verde-amarelo

4-h) Retirada de pauta da PEC 32 – Reforma administrativa

4-i) Fim da terceirização no serviço público por meio da revogação da Lei 13.429/17

4-j) Revogação da lei de criação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Organizações Sociais (OS);

4-k) Garantia plena da licença capacitação do servidor público;

4-l) Tratamento isonômico dos valores de indenização de diárias aos servidores públicos federais no país com unificação pelo valor constante na alínea “a” da Tabela do Anexo I do Decreto n° 5.992, de 19 de dezembro de 2006.

4-m) Implementação de auxílio ao teletrabalho/trabalho remoto para cobertura dos custos assumidos pelos servidores com conexão de internet, mobiliário, telefonia, energia elétrica, insumos de escritório e outros.

5- LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO E MANIFESTAÇÃO

5-a) Liberação de dirigentes sindicais com ônus para o Estado, sem prejuízo das promoções e progressões na carreira e demais direitos trabalhistas.

5-b) Revogação do Oficio MPOG 605/16 e garantia da manutenção do servidor liberado para mandato classista na folha de pagamento

5-c) Direito irrestrito de greve e negociação coletiva no serviço público, com base na convenção 151 OIT;

6- PELO CUMPRIMENTO DOS ACORDOS ASSINADOS COM O GOVERNO FEDERAL:

6-a) Termos de acordo n° 01, 03, 04, (CONDSEF, FENASPS e CNTSS) 07, 08, 09, 12, 13, 14, 15,
16, 17, 21, 22, 23/2015 e 10/16 (CONDSEF e ASMETRO-SN), n° 02/15 (CNTSS e FENASPS), n°05/15 (FASUBRA), n° 20/15 (ASFOC-SN), n° 28/15 (ASSIBGE), n° 25/15 (UNACON-Sindical), n° 29/15 (SINPECPF), n°31/15 (SINAL e SINTBACEN) n°02/16 (SINDFISCO-Nacional), n°03/16 (SINDRECEITA), n°04/16 (S1NAIT), n°05/16 (FENAPRF), n°06/16 (ANFFA-Sindical) e Lei 13.464/17;

7- MEDIDAS DE CORREÇÃO DO IRPF

7-a) Correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) em 113,9%, referente a defasagem calculada pela inflação acumulada no período de 1996 a 2020, conforme estudos da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco Nacional)

7-b) Correção dos limites de dedução com despesas de educação e do valor-padrão da dedução por dependente no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) no mesmo percentual do item 7-a.

7-c) Compromisso do Poder Executivo de não encaminhar ou apoiar qualquer iniciativa de retirada ou redução das deduções legais do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

8- MEDIDAS DE GARANTIA À SAÚDE DOS SERVIDORES

8-a) Garantia de vacinação dos servidores contra a Covid-19 para retorno seguro às atividades presenciais.